

RECURSO ESPECIAL Nº 1.737.882 - PE (2018/0098320-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : WALDEMY BARROS DE CARVALHO
ADVOGADOS : ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS DE VASCONCELOS - PE020304
BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA - PE019805
LEONARDO BORBA DE FIGUEIRÊDO - PE045615
RAPHAEL RAMOS SÃ• GONDIM E OUTRO(S) - PE045324

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, contra acórdão assim ementado:

"Processual Civil. Recurso de apelação do embargado contra a sentença que acolhe embargos da' devedora, aqui apelada, na soleira de que a União não lhe deve parcelas relativas a proventos de aposentadoria, relativamente a tais períodos, levando em conta já, ter pago, a tempo e modo, os respectivos vencimentos e as respectivas parcelas de abono de permanência. (f. 325) - Busca, então, a parte apelante que o valor da obrigação de pagar, reconhecida no título judicial exequendo, seja calculado sobre os proventos de aposentadoria que deixou de receber, entre a citação da demandada e a data em passou a receber sua .aposentadoria, subtraído dos valores do abono de permanência recebido, referentes ao mesmo período, compreendendo que tal montante seria uma compensação pelo fato de ter sido compelido .a continuar trabalhando mesmo após ter direito adquirido à concessão da aposentadoria., f. 337. .

- Adoção dos fundamentos expostos pelo des. Paulo Roberto de Oliveira Lima, no sentido, em conclusão, de aclamar o direito do apelante, às parcelas perseguidas.

- Provimento do recurso, com condenação do embargante em honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2.000,00, de acordo com as normas do Código de Processo Civil de 1973, sob cuja sombra o feito nasceu e se desenvolveu" (fl. 383e).

Opostos Embargos de Declaração, rejeitados, nos termos da ementa a seguir:

"Processual Civil. Embargos declaratórios, f. 357-365, a reclamar omissões no julgado. Uma, sob o título - Excesso de execução referente ao abono de permanência, f. 358. A outra, Ausência , de

manifestação quanto à observância do art. 97 da Constituição Federal relativamente à correção monetária - Incidência da Lei 11.960/2009 para as condenações contra a Fazenda, Pública até a expedição do requisitório, f. 360.

Antes de tudo, necessário deixar bem assentado que não há cálculos da contadoria dó Juízo. Quando deveria ter feito, lançou a informação/nota técnica de f. 322, alertando para a necessidade de se deliberar acerca do possível abatimento das parcelas percebidas no período de 06/2004 a 05/2008, tendo em vista que neste interstício o mesmo estava trabalhando, arrematando, então, que caso, o douto julgador entenda que se faz necessário o referido desconto, assiste razão à União,, caso contrário, os autos deverão retornar a 'contadoria para elaboração de planilha de cálculo, f. 322.

No entanto, o douto julgador reconheceu o alegado excesso total da execução, deixando bem assentado não ser a União, em decorrência da ação principal, devedora de nenhuma quantia ora Embargada, f. 327v., ou seja, não ser a ora embargante devedora do ora embargado. Como a r. sentença, f. 325-327v.; foi atacada por recurso do ora embargado, f. 334-339, a Turma deu provimento ao recurso, aclamando o respeito a coisa julgada, f. 349-353.

Ora, há decisório, com trânsito em julgado, f. 219-237, que deve ser transformado em números, pelo Contador do Juízo, de acordo com os ditames inseridos na aludida decisão, f. 219-237, de modo que, sobre os cálculos, as partes se manifestem, e, com o decisório dó julgador, enfrentando a matéria atinente ao papel de influência do abono de permanência, que foi concedido e pago em outubro de 2006 a aposentadoria só se verificou em maio de 2008, f. 337, possa o julgador decidir sobre todo o arcabouço dos cálculos, destacando os fatos e sua transformação em números, a fim de que a matéria seja, enfim, apreciada pelo juízo natural.

Não há, assim, omissão com relação à matéria, mas necessidade que a discussão encontre berço na primeira instância, da, mesma forma no que se refere ao percentual a ser aplicado aos juros de mora.

Improvemento" (fl. 413e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fundamento nas alíneas **a** e **c** da CF/88, a recorrente alega ofensa aos arts. 492, 494 e 502, 503, 505, 507, 535 e 1.022 do CPC/2015; 394 do Código Civil; e 1º-F da LEI 9.494/97, sustentando o que se segue:

"II - PRELIMINARMENTE

II.1 - DO CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL

(...)

O presente RECURSO ESPECIAL se funda no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, por violação ao disposto arts. 494 e seguintes do CPC, ao ampliar os efeitos da coisa julgada, deferindo benefício que não restou consignado no título.

Além disso, o acórdão recorrido também violou o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei no 11.960/09, ao determinar que sobre os valores atrasados incidirão juros de mora no percentual de 0,5% ao mês e correção monetária, nos moldes do Manual de Cálculos da Justiça Federal.

(...)

O presente recurso é plenamente cabível, destinando-se a modificar o acórdão exarado pela Turma do Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região, porquanto tal decisum, de que ora se recorre, assim, e conclusivamente, abordou o tema que se quer reexaminado.

II.2 - DA NULIDADE DA DECISÃO: DA OFENSA AO ART.

1.022 DO CPC Preliminarmente, cumpre registrar que o agitado Acórdão é nulo de pleno direito, na medida em que rejeitou os Embargos Declaratórios, pertinentemente opostos pela União.

Com efeito, a União cuidou de apontar, nos Embargos de Declaração, omissão no tocante à impossibilidade de cumulação de proventos de aposentadoria com remuneração sob mesmo vínculo com a Administração, já tendo sido cumprido o título executivo, com o cumprimento da obrigação de fazer, dando fiel cumprimento ao disposto no título executivo, em respeito ao art. 494, 502, 503, 505, 507, 508 e 509, do CPC.

Outrossim, foi apontada omissão quanto à incidência do art. 1º-F da Lei no 9.494/97, com redação dada pela Lei no 11.960/09, bem como o respeito ao disposto no art. 97, CF, no tocante à correção monetária dos valores a serem restituídos.

Entretanto, venia concessa, inusitadamente, a União teve seu recurso de Embargos de Declaração - equivocadamente - improvidos, isto é, não se entendeu pela ocorrência de qualquer dos vícios alegados, nos termos do v. Acórdão, apenas afastando a necessidade de definição do índice de correção monetária a ser aplicado, por consignar que não houve a apresentação de cálculos pela Contadoria, e que tal questão será devidamente apreciada pelo juízo a quo.

(...)

Vê-se, pois, que restou esclarecida apenas a omissão quanto à aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei no 11.960/2009, ao expressar que tal questão será ainda apreciada pelo primeiro grau, quando da realização dos cálculos pela Contadoria.

(...)

Ora, cumpriu a União o ônus de demonstrar não existir valor a ser executado, tendo em vista o pagamento do "abono de permanência", nos termos previstos no art. 30, § 10, da EC no 41/2003.

(...)

Logo, ao pleitear o direito ao pagamento dos proventos de aposentadoria entre a data da citação da União e a data da implantação da sua aposentadoria, está o recorrido pleiteando direito diverso do reconhecido no título executivo, uma vez que, ante a sua permanência na atividade, com a percepção regular da remuneração, a única obrigação a ser reconhecida à União seria o pagamento do Abono de Permanência, nos termos da legislação de regência da matéria.

Entender de forma diversa seria conferir ao título executivo limites maiores do que teria restado deferido, em flagrante VIOLAÇÃO À COISA JULGADA, insculpida no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, pois busca executar o julgado de forma diversa do título executivo judicial transitado em julgado, em clara má fé.

(...)

Patente, portanto, que a decisão recorrida ao deferir o recebimento dos proventos de aposentadoria a contar da citação da União, quando já houve a percepção da remuneração e do abono de permanência referente ao mesmo período e vínculo funcional, sob o argumento de dar cumprimento à coisa julgada, acabou por violar o disposto nos arts. 494, 502, 503, 505, 507, 508 e 509, do CPC, razão pela qual merece ser reformado" (fls. 419/430e).

Oferecidas contrarrazões (fls. 434/480e), o recurso foi admitido na origem (fl. 452).

A irresignação não merece acolhimento.

Em relação ao art. 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,

SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto à ofensa ao art. 1º-F, da Lei 9.494/97, extrai-se do acórdão recorrido:

"Antes de tudo, necessário deixar bem assentado que não há cálculos da contadoria do Juízo. Quando deveria - ter feito, lançou a informação/nota técnica de f. 322, alertando para a necessidade de se deliberar acerca do possível abatimento das parcelas percebidas no período de 06/2004 a 05/2008, tendo em vista que neste interstício o mesmo estava trabalhando, arrematando, então, que caso o douto julgador entenda que se faz necessário o referido desconto, assiste razão à União, caso contrário, os autos deverão retornar a contadoria para elaboração de planilha de cálculo, f. 322.

No entanto, o douto julgador reconheceu o alegado excesso total da execução, deixando bem assentado não ser a União, em decorrência da ação principal, devedora de nenhuma quantia ao ora Embargado, f. 327v., ou, seja, não ser a ora embargante devedora do ora embargado. Como a r. sentença, f. 325-327v., foi atacada por recurso do ora embargado, f. 334-339, a turma deu provimento ao recurso; aclamando o respeito a coisa julgada, f. 349-353.

Ora, há decisório, com trânsito em julgado, f. 219-237, que deve ser transformado em números, pelo Contador do Juízo, de acordo com os ditames inseridos na aludida decisão, f. 219-237, de modo que, sobre os cálculos, as partes se manifestem, e, com o decisório do julgador, enfrentando a, matéria atinente, ao papel de influência do abono de permanência, que foi concedido e pago em outubro de 2006, a aposentadoria só se verificou em maio de 2008, T. 337 -, possa o julgador decidir sobre todo o arcabouço dos cálculos, destacando os fatos e sua transformação em números, a lira de que a matéria seja, enfim, apreciada pelo, juízo natural.

- Não há, assim, omissão com relação à matéria, mas necessidade que a discussão encontre berço na primeira instância, da mesma forma no que se refere ao percentual a ser aplicado aos juros de mora" (fl. 411e).

Quanto ao ponto, aplica-se o teor da Súmula 284 do STF, tendo em vista que a parte recorrente não desenvolveu, nas razões do Recurso Especial, argumentos suficientes para demonstrar de que modo referido dispositivo foram violados e afastar os fundamentos do acórdão recorrido, suficientes, por si só para permanecerem mantidos.

Na forma da jurisprudência desta Corte, "a admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente

contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula 284 do STF" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

Quanto à alegada ofensa aos arts. 492, 494 e 502, 503, 505, 507 e 535, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, **é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada**, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada aos dispositivos tidos como violados não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de

afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Ante o exposto, conheço em parte do Recurso (quanto ao art. 1.022 do CPC/2015) e, nesta extensão, nego-lhe provimento.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora